

TERMO DE REFERÊNCIA – TR

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “a” da Lei 14.133/2021)

Fornecimento parcelado de Brita Graduada, Macadame Seco e Pedra Rachão, destinados à manutenção e execução de novas obras de pavimentação no Município de Morro da Fumaça/SC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

- Brita graduada → 2.000 m³
- Macadame Seco → 2.600 m³
- Pedra Rachão → 900 m³

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “b” da Lei 14.133/2021)

A presente contratação tem por finalidade a aquisição de materiais pétreos, compreendendo brita graduada, macadame seco e pedra rachão, a serem utilizados na manutenção da malha viária existente e na execução de novas pavimentações no Município.

Os materiais objeto desta contratação constituem insumos básicos e indispensáveis às obras e serviços de pavimentação, sendo empregados nas camadas de sub-base, base, reforço de subleito e regularização estrutural, conforme as normas técnicas aplicáveis e os projetos de engenharia adotados. A utilização adequada desses materiais é essencial para assegurar a estabilidade estrutural do pavimento, a segurança dos usuários e a durabilidade das intervenções executadas.

A adoção do pregão eletrônico mostra-se adequada, uma vez que os materiais pétreos possuem características comuns e padronizadas, com especificações usuais no mercado, permitindo a definição objetiva do objeto e a comparação de propostas pelo critério de menor preço, em consonância com a Lei nº 14.133/2021.

A contratação também se justifica pela necessidade de garantir a pronta disponibilidade dos insumos necessários ao atendimento das demandas rotineiras e emergenciais do Município, evitando paralisações de obras, atrasos na execução dos serviços e prejuízos à continuidade das atividades de pavimentação. Essa abordagem

possibilita maior agilidade no início e na execução das obras, melhor planejamento das frentes de trabalho e otimização do uso de recursos públicos.

Ressalta-se que a aquisição planejada dos materiais está alinhada à previsibilidade das demandas e ao planejamento da Administração, não caracterizando aquisição excessiva, mas sim medida de gestão eficiente e preventiva, voltada à economicidade, à eficiência e ao atendimento do interesse público.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “c” da Lei 14.133/2021)

A solução proposta consiste na aquisição continuada e planejada de materiais pétreos — brita graduada, macadame seco e pedra rachão — destinados a suprir as demandas do Município relacionadas à manutenção da malha viária existente e à execução de novas pavimentações, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência e a agilidade dos serviços de infraestrutura viária.

A adoção da solução por meio do fornecimento de materiais, em vez da contratação de serviços integrados ou obras específicas, permite maior flexibilidade operacional, possibilitando à Administração atender diferentes frentes de trabalho, intervenções pontuais e demandas emergenciais, conforme a programação e a prioridade definidas pelos setores técnicos responsáveis.

A solução contempla o fornecimento parcelado conforme a necessidade da Administração, possibilitando adequado planejamento das atividades, racionalização dos custos operacionais, otimização do uso dos recursos públicos e redução de riscos associados à indisponibilidade de insumos essenciais às obras e serviços de pavimentação.

Dessa forma, a solução proposta mostra-se tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e alinhada ao interesse público, atendendo às necessidades do Município com observância aos princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e da continuidade do serviço público.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “d” da Lei 14.133/2021)

Para aprimorar a eficácia dos materiais entregues, é importante estabelecer requisitos que garantam eficiência e segurança. Abaixo seguem requisitos essenciais da contratação:

4.1. A empresa contratada deverá atender integralmente às exigências estabelecidas no edital e neste Termo de Referência, sendo sua obrigação principal assegurar que os materiais fornecidos atendam a todas as especificações técnicas, critérios de sustentabilidade e normativas aplicáveis, no que couber;

4.2. Os materiais deverão ser entregues em local indicado pela Secretaria Municipal solicitante, neste caso, o Pátio de Máquinas – Rod. Tranquilo Sartor, nº 900, Bairro Maccari, Morro da Fumaça/SC, mediante agendamento prévio com servidor designado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da solicitação;

4.3. O recebimento será feito pelo servidor designado por esta municipalidade, responsável em promover a conferência, o exame qualitativo e quantitativo e a aceitação final, ou não, do objeto;

4.4. A entrega do material deverá ser efetuada no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação. Os Materiais deverão ser entregues com as mesmas condições indicadas na proposta de preço vencedora do pregão eletrônico, forma de acondicionamento, garantia, quantidade e qualidade, respeitando rigorosamente as especificações do termo de referência e do edital;

4.5. Em caso de não realização da entrega do material dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação, estará caracterizada a não aceitação, por parte da empresa vencedora. Nesta hipótese, é facultado ao município aplicar as sanções previstas em lei, bem como convocar os licitantes remanescentes, com observância da ordem de classificação, em igual prazo e nas mesmas condições, inclusive preços;

4.6. Ficam os licitantes vencedores obrigados a reparar, corrigir, substituir ou remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da aquisição em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data de notificação do problema, sem ônus para a contratante. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da quantidade e da conformidade do material com as especificações técnicas, no prazo de até 15 (quinze) dias, conforme art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “e” da Lei 14.133/2021)

O objeto será executado por meio de fornecimento parcelado, conforme demanda da Administração, mediante solicitação formal, observados os prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

6. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “f” da Lei 14.133/2021)

A gestão e fiscalização da contratação serão realizadas por servidor designado pela Secretaria do Sistema de Infraestrutura, responsável pelo acompanhamento da entrega, conferência do material e atesto das notas fiscais.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “g” da Lei 14.133/2021)

7.1. Do Recebimento:

O recebimento será feito pelo servidor designado por esta municipalidade, responsável em promover a conferência, o exame qualitativo e quantitativo e a aceitação final, ou não, do objeto.

7.2. Prazo de pagamento:

A contratada deverá apresentar a nota fiscal eletrônica, indicando o número da conta corrente, agência e banco, que será atestada pelo responsável do setor de compras ou servidor designado. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto e a apresentação da nota fiscal.

7.3. Forma de pagamento:

7.3.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

7.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4. Condições de pagamento:

7.4.1. A emissão da Nota Fiscal será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste Termo de Referência;

7.4.2. Para proceder o pagamento o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a) a data da emissão; b) os dados do contratado e do contratante; c) o valor a pagar; e d) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis, entre outros;

7.4.3. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado a apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

7.4.4. O Decreto Municipal nº 136/2023 do Município de Morro da Fumaça/SC trata sobre a retenção de tributos no pagamento aos fornecedores por órgãos e entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6, inciso XXIII, alínea “h” da Lei 14.133/2021)

A seleção do fornecedor será realizada por meio de pregão eletrônico, do tipo menor preço por lote, em conformidade com a legislação que rege o presente TR.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS E MEMÓRIAS DE CÁLCULO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “i” da Lei 14.133/2021)

A estimativa adotou como metodologia principal a pesquisa direta com fornecedores regionais de materiais pétreos, conforme justificativa técnica constante do ETP, considerando valores praticados para fornecimento por metro cúbico (m³), compatíveis com as especificações técnicas dos materiais definidos neste Termo de Referência.

Os preços unitários referenciais adotados resultam da média aritmética simples dos valores válidos coletados para cada material, desconsiderando-se, quando existente, a ausência de cotação para determinado item. Assim foram adotados, para fins de estimativa da contratação, por refletirem de forma equilibrada os valores praticados no mercado regional, observando-se os princípios da razoabilidade, da economicidade e da vantajosidade.

O valor total estimado da contratação foi obtido a partir da multiplicação dos quantitativos estimados de cada material pelos respectivos preços unitários referenciais, apurados mediante pesquisa de mercado, conforme planilha orçamentária e memória de cálculo apresentadas:

Item	Material	Unidade	Quantidade (m³)	Preço Unitário Médio (R\$/m³)	Valor Total (R\$)
1	Brita Graduada	m³	2.000	112,71	225.420,00
2	Macadame Seco	m³	2.600	100,14	260.364,00
3	Pedra Rachão	m³	900	94,42	84.978,00
Valor Total Estimado da Contratação					570.762,00

Valor total estimado do lote da contratação: R\$ 570.762,00 (quinhentos e setenta mil, setecentos e sessenta e dois reais).

Ressalta-se que os valores estimados possuem caráter meramente referencial, destinando-se ao planejamento da contratação e à análise da aceitabilidade das propostas a serem apresentadas no certame, não constituindo obrigação de contratação pelo valor

estimado.

10. DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão reajustados anualmente, observado o interstício mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data do orçamento estimado da contratação, com base no índice INCC, ou outro que venha a substituí-lo oficialmente.

O reajuste dependerá de solicitação formal da contratada, devidamente instruída, e será concedido mediante decisão administrativa fundamentada.

O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser concedido a qualquer tempo, desde que comprovada a ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O contratado ficará sujeito a aplicação das penalidades descritas nos arts. 155 e 156 da lei 14.133/2021.

12. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA EMPRESA LOCAL/REGIONAL

Não se aplica à presente contratação, em razão do valor estimado superar o limite previsto nos Decretos Municipais nº 078/2022 e 055/2023.

13. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

13.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;

13.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

13.3. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

13.4. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos.

14. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

14.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

14.2. A contratada deverá efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

14.3. A contratada deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, o objeto com avarias ou defeitos;

14.4. A contratada deverá comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

14.5. A contratada deve entregar os materiais no prazo fixado sob pena de aplicação das sanções cabíveis e convocação dos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação;

14.6. A contratada deverá manter, durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no pregão eletrônico.

15. VIGÊNCIA E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (Art. 84 da Lei 14.133/2021)

A Ata de Registro de Preços decorrente do presente certame terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados para a Administração, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

A prorrogação da vigência não implica, automaticamente, a renovação dos quantitativos registrados, devendo eventual utilização observar a disponibilidade orçamentária, o planejamento da Administração e o interesse público devidamente justificado.

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6, inciso XXIII, alínea “j” da Lei 14.133/2021)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de recursos específicos da Secretaria do Sistema de Infraestrutura e fundos municipais.

Morro da Fumaça/SC, 12 de fevereiro de 2026.

Eduardo Savi Rocha

Engenheiro Agrimensor – CREA SC 149501-4

Secretaria do Sistema de Infraestrutura

Município de Morro da Fumaça/SC